

Imperialismo e a mentalidade burguesa em Hannah Arendt*Imperialism and the bourgeois mentality in Hannah Arendt*Dayana Ferreira de Sousa¹

Resumo: Hannah Arendt examina que a conquista da liberdade política pela burguesia introduziu, na política, a alteração da noção de poder, entendida enquanto a esfera do consenso e do acordo de muitos, e a reduziu a uma máquina, cuja finalidade é a produção em excesso de riqueza e poder. Assim, o presente trabalho quer analisar, no pensamento político de Arendt, a introdução da prática de política mundial, essência do imperialismo, que forjou e difundiu uma mentalidade expansionista e autointeressada fundamentada nos princípios de progresso, dominação e manipulação, próprios da moderna sociedade burguesa, para o governo político. Ao final queremos evidenciar que tanto as atividades burguesas quanto a mentalidade do homem europeu, do final do século XIX, prepararam, de certo modo, o solo para a ulterior dominação totalitária. Este estudo está fundamentado no exame teórico entre as obras *Origens do totalitarismo* (1951), precisamente, a parte *Imperialismo*, e a obra *Sobre a violência* (1970).

Palavras-chave: Imperialismo. Poder. Violência.

Abstract: Hannah Arendt examines that the conquest of political emancipation by the bourgeoisie introduced, in politics, a change in the notion of power, understood as the sphere of consensus and agreement among many, and reduced it to a machine whose purpose is the excessive production of wealth and power. Thus, the presente work aims to analyze, in Arendt's political thought, the introduction of the practice of world politics, the essence of imperialism, which forged and disseminated an expansionista and self-interested mentality based on the principles of progress, domination, and manipulation, inherent to modern bourgeois society, for political governance. In the end, we want to highlight that both bourgeois activities and the mentality of european man at the end of the 19th century, in a certain way, prepared the ground for subsequent totalitarian domination. This study is grounded in the theoretical examination between Arendt's works, *The origins of totalitarianism* (1951), precisely, the section on *Imperialism*, and the work *On violence* (1970).

Keywords: Imperialism. Power. Violence.

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia – IFILO/Bolsista FAPEMIG. E-mail: fsdayana@gmail.com, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Said (IFILO/UFU).

Introdução

O pensamento da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) ganhou notoriedade após a publicação da obra *Origens do totalitarismo* (1951), na qual foi examinado os principais elementos – antissemitismo, imperialismo e racismo – presentes na história política e social da humanidade que, prepararam, de certo modo, o caminho à irrupção dos regimes totalitários do século XX, a saber, nazista e estalinista, e que, por isso, os ideais de cada elemento, ao seu modo, se cristalizaram na base das dominações totalitárias.

Neste artigo, a ênfase será apontar para os elementos presentes na gênese da política imperialista que se não favoreceram, prepararam o caminho para a posterior eclosão do movimento e, depois, regime de Adolf Hitler (1889-1945). Os elementos destacados, nesta pesquisa, foram: A emancipação política da burguesia; Poder e violência na perspectiva burguesa; Morte jurídica no imperialismo: racismo e burocracia e, por fim, Thomas Hobbes: o retrato do homem burguês.

A emancipação política da burguesia

A classe² burguesa a partir da sua ascensão econômica buscou maneiras de introduzir na política sua conduta competitiva, expressão da força produtiva de sua classe. A burguesia, embora já estabelecida como classe dominante³, continuou outorgando ao Estado as determinações políticas, por um certo período, e apenas quando ficou explícito que o Estado-nação não servia enquanto sistema para intensificar o avanço da economia capitalista, que o cenário muda, e o embate entre burguesia e Estado passa para o campo do

² Hannah Arendt utiliza o termo “classe” para remeter à organização social do Estado-nação da época, o qual governava uma sociedade dividida em classes, isto é, “classe” em Arendt deve ser entendido enquanto grupo social pertencente a uma determinada organização política e social. Assim, a burguesia foi um estrato social que usou o poder político para o acúmulo de riqueza. Distinto do conceito de sociedades de classes marxista, o qual diz respeito às relações de disputas entre as classes (burguesia e proletariado) no interior da esfera produtiva.

³ Cf. ARENDT, 2012, p. 189-190.

político⁴. Com isso, a conquista da liberdade política da classe burguesa se tornou uma marca significativa da segunda metade do século XIX.

Logo, ao assumir parte do poder político, a burguesia utilizou-se dessa posição para impor a sua prática econômica aos governos com o objetivo de tornar a expansão, a principal prática da política externa. Assinala a introdução de um novo modo de expansão no cenário político, inteiramente distinto do modelo antigo de conquista política ao estilo de Roma⁵. Já a expansão aos moldes de Cecil Rhodes⁶, estabelece “a expansão como objetivo permanente e supremo da política”⁷ caracterizada pelo contínuo aumento do modo de produção industrial e nas operações comerciais, isto é, uma política voltada para a esfera econômica que se distingue da conquista que visava à assimilação duradoura da cultura e dos costumes.

O modelo de política imperialista⁸ não compõe um princípio político, tendo em vista que sua origem é identificada no interesse capitalista de colocar em circulação os excessos da produção em novas áreas de comércio, visando sempre o crescimento da “produção de bens a serem consumidos”⁹, em outras palavras, na ilimitada capacidade de aumento da produção, ao passo que, a organização política do Estado-nação é restrita ao próprio grupo nacional¹⁰, isto é, a consciência nacional dificilmente expande-se aos povos conquistados, tendo em vista que o que sustenta a estrutura política é a adesão espontânea.

Nesta perspectiva, a burguesia com a máxima *à la* Rhodes, conseguiu convencer os Estados nacionais a aderirem à política mundial. Feito importante

⁴ *Ibidem*.

⁵ “[...] foram realizadas com êxito por governos que, [...] eram primariamente baseados na lei, de modo que a conquista podia levar à integração de povos heterogêneos graças à imposição de uma lei comum” (Arendt, 2012, p. 192).

⁶ “A expansão é tudo’, disse Cecil Rhodes, deprimido ao ver no céu ‘essas estrelas [...] esses vastos mundos que nunca poderemos atingir. Se eu pudesse, anexaria os planetas” (Arendt, nota 2, 2012, p. 190).

⁷ Arendt, 2012, p. 192.

⁸ “O imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. (Arendt, 2012, p. 193).

⁹ ARENDT, 2012, p.192.

¹⁰ Cf. ARENDT, 2012, 193-194.

para a classe burguesa, visto que, a conquista de uma aliança com os estados nacionais significava a consolidação de sua emancipação política através da introdução dos assuntos econômicos de uma classe à importância política.

A burguesia ingressa na política apenas por necessidade econômica, Arendt destaca que foi “[...] a primeira classe na história a ganhar a proeminência econômica sem aspirar ao domínio político”¹¹, significa dizer que a burguesia, desde a sua ascensão, sempre nutria um desprezo pela política, pois o real interesse desta foi o poder econômico, o aumento do lucro, o capital. O interesse da burguesia girava entorno dos fins econômicos.

A ralé¹², integrante das sociedades industriais da Europa Ocidental do século XIX, teve um papel fundamental na corrida expansionista ao unir-se ao ideal da burguesa. A trágica aliança entre classe dominante e o contingente de mão de obra ociosa formaram, “[...] o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro”¹³. A ralé, produto do processo de acumulação de capital, passou a seguir o ideal e a conduta de sua “genitora ideológica” rumo à África e Ásia. Contudo, mais tarde, no movimento totalitário, a ralé já apropriada dos princípios burgueses foi capaz de ascender o seu próprio líder ao poder, Hitler.

Assim, a análise de Arendt trata de evidenciar as consequências diretamente ligadas à influência burguesa na política. Implicações, estas, que denunciam o modo de pensar específico da burguesia emergente pela defesa da expansão econômica capitalista da época, o imperialismo.

¹¹ ARENDT, 2012, p. 189-190.

¹² “Mais antigo que o capital supérfluo era o outro subproduto da produção capitalista: o lixo humano, que cada crise, seguindo-se invariavelmente a cada período de crescimento industrial, eliminava permanentemente da sociedade produtiva. Os elementos tornados permanentemente ociosos eram tão supérfluos para a comunidade como os donos do capital supérfluos. Durante todo o século XIX, reconheceu-se que ameaçavam a sociedade de tal modo que sua ‘exportação’ foi promovida, ajudando, aliás, a povoar os domínios do Canadá e da Austrália, bem como os Estados Unidos. O fato novo da era imperialista foi que essas duas forças supérfluas – o capital supérfluo e a mão de obra supérflua – uniram-se e, juntas, abandonaram seus países” (Arendt, 2012, p. 221-222).

¹³ ARENDT, 2012, p. 223.

Poder e violência na perspectiva burguesa

O uso do poder e violência pela burguesia diz respeito ao seu acordo com o poder político, no sentido de reclamar para si parte do poder, assinala assim, a predominância da administração econômica sobre a política. Logo, ao transformar os interesses privados em princípios políticos, o poder¹⁴ é reduzido a um tipo de dominação baseada na força¹⁵. Esta última por sua vez, empregada na concretização do projeto imperialista distingue-se inteiramente do seu sentido original que, representa a força de um processo natural [da natureza] ou a força de um acordo entre indivíduos plurais que agem juntos, os quais liberariam o esforço e energia capazes de mobilizar corpos físicos e sociais que transformariam uma determinada circunstância.

Contudo, na realidade, a força dedicada ao projeto de expansão de capital supérfluo representou um símbolo do modo de produção capitalista [da classe], isto é, passa a corresponder à força das categorias tecnológicas de meios e fins e, com isto, a alteração de sentido no predomínio do uso da força não natural apenas poderia acarretar na exportação de violência ou ser justificada através da violência. Por isso, compreendemos que a expansão e exportação de capitais supérfluos acarreta a exportação da violência¹⁶.

A alteração na tradicional predominância do poder sobre a violência ocorre, na visão arendtiana, quando o poder está em perigo. Pois, a ascendência

¹⁴ “O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*: sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, ‘seu poder’ também se esvanece” (Arendt, 2009, p. 60-61).

¹⁵ “A *força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente se esta serve como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’ (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (Arendt, 2009, p. 61).

¹⁶ “Finalmente, a *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (Arendt, 2009, p. 63).

do poder diz respeito à sua origem, isto é, da reunião e união de homens e mulheres enquanto indivíduos plurais e que sua validade decorre dessa iniciativa de ação em comum acordo. Sendo assim, o poder simboliza um fim em si mesmo, pois necessita do esforço conjunto de homens e mulheres iguais entre si, que se origina do diálogo e do conflito das diversas posições.

A violência distingue-se do poder devido ao seu caráter instrumental. Arendt descreve que no sentido fenomenológico, a violência está mais próxima ao vigor¹⁷ do que ao poder. Tendo em vista que o vigor¹⁸ é uma propriedade inerente, individual e independente de outras coisas ou de outros indivíduos, por exemplo, o vigor físico de um indivíduo. Tal proximidade reside no aspecto que os instrumentos da violência servem para intensificar o vigor individual ao ponto de convertê-lo em mais uma ferramenta de violência.

No sentido teórico, a violência, não se confunde com poder. Ela é o oposto de poder, pois, devido a sua especificidade instrumental, o seu uso deve ser justificado pelo objetivo que anseia e, no exame de Arendt, as coisas que dependem de uma justificativa para o seu emprego visando outra coisa não caracterizam fundamento de nada. Mas sim, opera como um recurso de destruição. Com efeito, a violência enquanto o oposto do poder não nega apenas o acordo comum entre os indivíduos, mas também destrói qualquer iniciativa para o agir em concerto entre os homens e mulheres.

A intenção de Arendt é enfatizar que a violência não se origina do seu oposto – o poder – e, muito menos pode criá-lo, da mesma forma que o mal não origina o bem e tampouco pode ser o prenúncio de um bem ainda recôndito. Identificar de maneira trivial violência e poder libera o caminho à interpretação de governo enquanto dominação do homem pelo homem mediante o uso da violência. Desta maneira, o que nos importa nesta breve análise entre violência

¹⁷ “O *vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar. [...] É da natureza de um grupo e seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor individual” (Arendt, 2009, p. 61).

¹⁸ A publicação brasileira de *Crises da República* (2017) traduz vigor por *fortaleza*.

e poder é concebê-los como termos opostos na política e que para que a violência seja útil é necessário a redução do poder.

A introdução de uma força não natural com o objetivo de acelerar e expandir o modo de produção burguês para além das barreiras territoriais, éticas e políticas possibilitou que o poder fosse compreendido de maneira equivocada enquanto um domínio pessoal [particular], ou seja, que não é fruto da relação entre todos e, por isso, sua ação foi reduzida e convertida aos princípios de fabricação juntamente com a noção de que a política pode ser forjada.

Portanto, pensar o poder e violência na perspectiva burguesa nos revela o momento em que ocorre a alteração prático-conceitual da noção de poder, o qual deixa de ser o campo destinado ao consenso e ao acordo de muitos, representado na capacidade de agir em conjunto e, passa a ser reduzido enquanto uma máquina cujo único fim é a produção de riqueza e acúmulo de poder. Além disso, significa dizer que a burguesia a partir da sua ascensão econômica fixou, na política, uma forma competitiva fundamentada no progresso técnico-científico com a finalidade de beneficiar os interesses econômicos da própria classe, a qual usou o poder político enquanto um instrumento para a administração do seu projeto expansionista.

Morte jurídica no imperialismo: racismo e burocracia

O período imperialista nos fornece elementos a respeito das práticas e de um tipo de mentalidade que, já no século XIX, assinalavam uma grave ruptura com a tradição e, com isto, delinearam o percurso à ulterior dominação total e sua quebra radical com a tradição. Assim, é possível identificar, no imperialismo, os antecedentes do processo de morte jurídica de indivíduos considerados indesejáveis.

A classificação dos indesejados pode ser examinada a partir do tipo inédito de crise econômica¹⁹ deste período, aliada à justificativa burguesa de que os povos “conquistados” formavam um entrave ao processo de acúmulo de riqueza e poder. Assim, a força passa a ser essência da ação política e abre caminho ao projeto de eliminação dos “obstáculos”, sob o disfarce elaborado pela burguesia dos interesses privados na qualidade de interesse comum da nação, nas palavras de Arendt:

Numa sociedade de interesses em conflito, onde o bem comum era identificado como a soma total dos interesses individuais, a expansão como tal tinha a aparência de possível interesse comum da nação como um todo. Como as classes proprietárias e dominantes haviam persuadido a todos que o interesse econômico e a paixão pela propriedade formam uma base firme para o corpo político, até mesmo estadistas não imperialistas eram facilmente persuadidos quando se divisava no horizonte um interesse econômico comum (Arendt, 2012, p. 225).

O disfarce tão bem elaborado pela burguesia dos interesses individuais na qualidade de interesse comum da nação, demonstra muito bem como as correntes econômicas nacionais, ou seja, o nacionalismo, terminou tão notadamente no imperialismo. Mesmo ambas as políticas apresentando princípios distintos entre si. Conforme Arendt, o patriotismo [nacionalismo tribal] e o racismo contribuíram para a transposição da distância teórica entre nacionalismo e imperialismo. Os brados dos imperialistas que se auto proclamaram como “acima de todos os partidos” e, acreditando nisso, julgavam-se os verdadeiros representantes dos interesses da nação como um todo, na compreensão da filósofa, “a expansão deu nova vida ao nacionalismo e, portanto, foi aceita como instrumento de política nacional”²⁰.

O projeto de destruição das comunidades dominadas está na base da transformação econômica iniciada pelo modo de produção capitalista, que marca a união entre a mão de obra ociosa [ralé] e o dinheiro ocioso, em outras palavras, a aliança entre indivíduos supérfluos e o capital supérfluo. Logo, esta

¹⁹ “A expansão imperialista havia sido deflagrada por um tipo curioso de crise econômica: a superprodução de capital e o surgimento do dinheiro ‘supérfluo’, causado por um excesso de poupança, que já não podia ser produtivamente investido dentro das fronteiras nacionais” (Arendt, 2012, p. 201-202).

²⁰ ARENDT, 2012, p. 227.

união está no cerne da política imperialista, pois a solução imediata encontrada para a saturação do mercado interno provocada pelo excesso de mão-de-obra e excesso de dinheiro, ambos incapazes de gerar lucros em demasia, foi a exportação destes na qualidade de cúmplices para a depredação de territórios ultramar.

A união entre ralé e capital revela um importante ponto a respeito da gênese da política imperialista – a ruptura moral com as restrições da tradição. Hannah Arendt evidencia que esse processo ocorreu quando a burguesia entendeu que o “pecado original”²¹ do “acúmulo original de capital” envolvia novas transgressões a fim de conservar a contínua execução do sistema. Tal conclusão era o que a burguesia precisava para romper com as barreiras morais da tradição ocidental. O papel de uma massa ociosa [ralé] destituída de princípios próprios foi fundamental, pois serviu de apoio para que a classe burguesa consolidasse a sua política baseada na força²².

O racismo e a burocracia, segundo Arendt, em uma combinação única foram os instrumentos de dominação da política imperialista. A novidade está no modo como a teoria racial foi utilizada com o objetivo de classificar a raça na qualidade de um princípio do corpo político. A nação passa a ser representada pelo conceito de raça. Essa substituição objetivava justificar o plano de subjugação e extermínio dos povos africanos, os quais eram considerados inferiores pelos europeus, bem como privados da qualidade de humanos. Encontramos aqui, o ovo *da serpente*²³ que mais tarde eclodiria, na Alemanha de 1933, enquanto domínio racista exterminador de nações e aniquilador da humanidade²⁴.

²¹ Cf. ARENDT, 2012, p. 229.

²² “A conjuntura – riqueza supérflua criada por acúmulo excessivo, que precisou do auxílio da ralé para encontrar um investimento lucrativo e seguro – pôs em ação uma força que sempre havia estado latente na estrutura básica da sociedade burguesa, [...] uma política de força completamente destituída de princípios não podia ser exercida antes que existisse uma massa igualmente isenta de princípios e numericamente tão grande que o Estado e a sociedade já não pudessem controlá-la. O fato de que essa ralé pudesse ser manuseada somente por políticos imperialistas e inspirada apenas por doutrinas raciais fez crer que somente o imperialismo podia resolver os graves problemas domésticos, sociais e econômicos dos tempos modernos” (Arendt, 2012, p. 230).

²³ Cf. *O ovo da serpente*. Direção de Ingmar Bergman, 1997 1 DVD (1h 59 min).

²⁴ Cf. ARENDT, 2012, p. 237.

Portanto, a união do racismo e da burocracia, este último como motivação do domínio exterior a fim de substituir o governo e, aquele, enquanto justificativa da organização política no imperialismo, contribuiu à dominação, não por meio da lei, mas por decreto dos territórios africanos e indianos, bem como nos extermínios administrativos de povos inteiros²⁵ separados como inferiores e não dignos de viver, por meio da divisão de raça. Cito Arendt:

Quando a ralé europeia descobriu a “linda virtude” que a pele branca podia ser na África, quando o conquistador inglês na Índia se tornou em administrador que não acreditava na validade universal da lei mas em sua própria capacidade inata de governar e dominar, quando os matadores de dragões se transformaram em “homens brancos” de “raças superiores” ou sem burocratas e espões, jogando o Grande Jogo de infundáveis motivos ulteriores num movimento sem fim; quando os Serviços de Informações Britânicos (especialmente depois da Primeira Guerra Mundial) começaram a atrair os melhores filhos da Inglaterra, que preferiram servir a forças misteriosas no mundo inteiro a servir o bem comum de seu país, o cenário parecia estar pronto para todos os horrores possíveis. Sob o nariz de todos estavam muitos dos elementos que, reunidos, podiam criar um governo totalitário à base do racismo. Burocratas indianos propunham “massacres administrativos”, enquanto funcionários africanos declaravam que “nenhuma consideração ética, tal como os Direitos do Homem, poderá se opor” ao domínio do homem branco” (Arendt, 2012, p. 312-313).

Confirma assim, que a implicação direita provocada pela redução do poder foi o uso da violência com fim no ideal econômico burguês, que liberou a ultra exploração de territórios e massacres administrativos de seres humanos classificados como insignificantes. O uso da burocracia e violência enquanto instrumentos que aceleram o processo de acumulação de capital, em outras palavras, percurso mais curto entre dinheiro e mais dinheiro e, por conseguinte, de poder em mais poder, evidencia a lógica da mentalidade burguesa da época.

²⁵ “Dessa ideia resultaram os mais terríveis massacres da história: o extermínio das tribos hotentotes pelos bôeres, as selvagens matanças de Carl Peters no Sudoeste Africano Alemão, a dizimação da pacata população do Congo reduzida de uns 20 milhões para 8 milhões; e o que é pior, a adoção desses métodos de ‘pacificação’ pela política externa europeia comum e respeitável.” (Arendt, 2012, p. 267).

Thomas Hobbes: o retrato do homem burguês

A lógica do acúmulo irrestrito de capital por meio do poder político, foi antecipado pela mentalidade do homem hobbesiano, no exame de Arendt, Thomas Hobbes (1588-1679) foi o predecessor filosófico do espírito subjacente na mentalidade do homem burguês europeu. A nossa intenção é de evidenciar os padrões morais e políticos dos homens burgueses que já eram destacadas nas análises filosóficas, desde o século XVII, e como essa classe galgou o poder, através da mentalidade expansionista.

Arendt argumenta que a direta oposição do pensamento hobbesiano contra o tradicional pensamento político ocidental, forneceu as bases para as convicções da classe burguesa de mentalidade imperialista do século XIX. Segundo Arendt, os estudos de Hobbes anteciparam, trezentos anos antes, os padrões burgueses que seriam determinados ao Estado após a classe proprietária assumir parte do poder político. O imperialismo consolidou os padrões burgueses enquanto políticas de Estado, que expressam o princípio de expansão a todo custo.

Representa o momento em que a burguesia estava convencida que eram necessárias modificações radicais da conduta moral vigente, que o “realismo” de Hobbes com antecedência sublinhara. A conclusão da burguesia de que o contínuo acúmulo de riqueza exige novos sacrifícios, assinala a ruptura com a tradição do pensamento moral e político e, que na qualidade de filósofo, Hobbes vislumbrou o caráter antitradicionalista na conduta da burguesia em ascensão.

Hobbes concebe o poder enquanto um meio que controla e determina os valores tanto das coisas quanto dos indivíduos, bem como estabelece o sistema de oferta e procura. A lógica de preço *versus* demanda é conduzida conforme regras que visam beneficiar quem detém este poder. Na perspectiva hobbesiana, o indivíduo isolado não é capaz de conservar o poder que tem para alcançar e efetivar o seu interesse, é necessário o apoio de certa maioria. A crescente burguesia do século XVII organizava-se seguindo este *modus operandi*. Confirma, assim, que os novos burgueses tinham consciência da sua

crescente força [produtiva] enquanto organização social, mas que sozinha não garantia o poder que detinha, logo foi necessário galgar mais poder.

Na perspectiva de Arendt, Hobbes ao descrever a natureza humana, em realidade, nos revela características próprias do homem burguês²⁶, com espantosa nitidez, é o indivíduo guiado por uma razão calculista, ausente de motivação própria capaz de transcender seus anseios individuais e, com isso, a inexistência de iniciativa livre, pois é apenas conduzido pelo perene desejo de poder exaltado à condição fundamental da conduta humana. É evidente para Arendt que o filósofo elabora sua noção de natureza humana em conformidade com as exigências do Leviatã [Estado Absoluto], este é concebido em acordo com os desejos da emergente burguesia, isto é, um Estado fundamentado na multiplicação da força e que exclui dos súditos o direito de se governar.

O homem hobbesiano²⁷ é indiferente aos direitos políticos, a vida pública assume o sentido de necessidade e, conseqüentemente, sua vida privada e seu destino pessoal são elevados ao nível de maior interesse. A elevação dos interesses privados individuais provoca a exclusão deste indivíduo dos assuntos públicos que dizem respeito a todos os cidadãos. Assim, ao perder seu lugar de direito na sociedade, ocorre a destruição do vínculo natural com seus pares, bem como a sua responsabilidade social²⁸. A sua vida privada individual passa a ser avaliada em comparação aos outros e as relações sociais são pautadas pela concorrência [lucro e dominação].

Portanto, ao destacar o pensamento filosófico de Hobbes como expressão da conduta burguesa em ascensão, nos revela o quão distante a burguesia estava dos princípios liberais²⁹. Demonstrando assim, que o avanço desta classe

²⁶ Cf. ARENDT, 2012, p. 208.

²⁷ Cf. ARENDT, 2012, p. 210.

²⁸ “De acordo com os padrões burgueses, aqueles que são automaticamente destituídos de sorte e não tem sucesso são automaticamente excluídos da competição, que é a essência da vida da sociedade. A boa sorte é identificada com a honra e a má sorte, com a vergonha. Transferindo ao Estado os seus direitos políticos, o indivíduo delega-lhe também suas responsabilidades sociais: pede ao Estado que o alivie do ônus de cuidar dos pobres, exatamente como pede proteção contra os criminosos. Não há mais diferença entre mendigo e criminoso – ambos estão fora da sociedade. Os que fracassam perdem a virtude que a civilização clássica lhes legou” (Arendt, 2012, p. 210-211).

²⁹ De concepção positiva, na qual liberdade e política, juntas, são instrumento de emancipação de homens e mulheres. Já a concepção de liberdade de Hobbes está mais próxima do sentido

rompeu, de certo modo, com os ideais humanos de emancipação, autonomia e liberdade, principalmente, “quando o negociante de mentalidade imperialista, a quem as estrelas aborreciam porque não podia anexá-las, entendeu que o poder organizado como finalidade em si geraria mais poder”³⁰. Assim, a defesa de uma “ideologia de expansão”³¹ preparou a burguesia para eliminar qualquer tipo de obstáculo, tanto territorial quanto humano, que encontrasse em seu caminho, cito Arendt:

Embora nunca inteiramente reconhecido, Hobbes foi o verdadeiro filósofo da burguesia, porque compreendeu que a aquisição de riqueza, concebida como processo sem fim, só pode ser garantida pela tomada do poder político, pois o processo de acumulação violará, mais cedo ou mais tarde, todos os limites territoriais existentes. Previu que uma sociedade que havia escolhido o caminho da aquisição contínua tinha de engendrar uma organização política dinâmica capaz de levar a um processo contínuo de geração de poder. E, através de simples voo da imaginação, pôde até esboçar tanto os principais traços psicológicos do novo tipo de homem que se encaixaria em tal sociedade, quanto a tirania da sua estrutura política. Previu como necessária a idolatria do poder que caracteriza esse novo tipo humano, e pressentiu que ele se sentiria lisonjeado ao ser chamado de animal sedento de poder, embora na verdade a sociedade o forçasse a renunciar a todas as suas forças naturais, suas virtudes e vícios, e fizesse dele o pobre sujeitinho manso que não tem sequer o direito de se erguer contra a tirania e que longe de lutar pelo poder, submete-se a qualquer governo existente e não mexe um dedo nem mesmo quando o seu melhor amigo cai vítima de uma *raison d'état* incompreensível (Arendt, 2012, p. 217).

Os indivíduos rebaixados à posição de simples engrenagens que mantém um motor construído para a acumulação de poder em pleno funcionamento, perdem a capacidade de julgar, tendo em vista que transferiram tal obrigação a um *Commonwealth*³² organizado no infinito acúmulo de poder e, por

negativo, no qual, de modo geral, compreende por liberdade: “[...] a ausência de constrangimentos. Essa definição negativa da liberdade insere-se em uma longa tradição do pensamento político, na qual se destaca a figura do filósofo inglês Thomas Hobbes” (Jardim, 2011, p. 75).

³⁰ ARENDT, 2012, p. 213.

³¹ *Ibidem*.

³² O *Commonwealth* é baseado na delegação da força, e não do direito. Adquire o monopólio de matar e dá em troca uma garantia condicional contra o risco de ser morto. A segurança é proporcionada pela lei, que emana diretamente do monopólio de força do Estado (e não é estabelecida pelo homem segundo padrões humanos de ‘certo’ e ‘errado’), mas apenas a obediência absoluta, o cego conformismo da sociedade burguesa. E, como essa lei flui diretamente do poder que ela torna absoluto, passa a representar a necessidade absoluta aos olhos do indivíduo que vive sob ela” (Arendt, 2012, p. 210).

consequente, tornam-se impotentes diante de uma máquina que passa a devorar o mundo, por simplesmente cumprir os comandos para o fim que foi projetada, na conclusão de Arendt:

O objetivo final de destruição desse Commonwealth é pelo menos indicado na interpretação filosófica da igualdade humana como “igual capacidade” de matar. Vivendo com as outras nações “numa condição de guerra perpétua, sempre à beira do combate, com suas fronteiras armadas e canhões assestados contra os vizinhos”, não tem outra lei de conduta senão “a que melhor leve ao [seu] benefício”, e gradualmente devorará as estruturas mais fracas até que chegue a uma última guerra “que dê a todos os homens a vitória ou a morte” (Arendt, 2012, p. 217-218).

Contudo, conforme Arendt, a paz não reinará para os vitoriosos do último embate, pois a lógica da expansão é de ser ilimitada, assim, a máquina de acumular poder que mantém a coerência desse infundável processo, não cessará a busca por novos objetivos para destruir. Nas palavras de Arendt, “se o último *Commonwealth* vitorioso não puder anexar os planetas, só poderá passar a devorar-se a si mesmo, para começar novamente o infinito processo da geração de poder”³³.

Com efeito, esta breve análise a respeito da mentalidade burguesa, nos fornece elementos precisos de que o embate entre o pensamento hobbesiano e as tradicionais concepções da política ocidental, pavimentou o caminho para as futuras convicções da classe burguesa de mentalidade imperialista do século XIX e anunciou o novo tipo de homem de mentalidade autointeressada que emergiu de uma sociedade guiada pelo princípio de competição da oferta e da procura. A capacidade de julgar destes indivíduos passa a ser norteadada pela noção de preço e, conseqüentemente, assume como padrão de conduta a perspectiva de uma minoria dominante, a visão burguesa.

Contudo, Arendt não pretendia culpar a filosofia de Hobbes pelos trágicos desdobramentos da história da humanidade, a filósofa no decorrer de toda sua análise em *Origens* é categórica em responsabilizar os alemães quando assumiram a teoria da raça ariana como representação de um povo escolhido

³³ ARENDT, 2012, p. 218.

que culminou no totalitarismo de Hitler e que assinalou a trágica decadência da tradição ocidental.

Conclusão

Portanto, buscamos delinear, nesta comunicação, como os contextos históricos, políticos e sociais em que a classe burguesa ao aliar-se a antigos preconceitos fundamentados em doutrinas raciais, bem como, em argumentos alicerçados no progresso científico-tecnológico apenas com o objetivo de concentrar riquezas e poder para sua própria classe em ascensão, na era moderna, constituíram, de certo modo, o prelúdio de um fenômeno político inédito, que extraiu seu fundamento do ideal moderno burguês e que permaneceu em germe, incubado no processo histórico, desde o século XVII e, que mais tarde, alcançaria o mais significativo estágio de desenvolvimento para tornar-se subitamente visível na Alemanha de Hitler.

Referências bibliográficas

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. Companhia de bolso. São Paulo, 2012.

_____. *Da violência*. In: *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. Perspectiva. São Paulo, 2017.

_____. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2009.

CORREIA, Adriano [et al]. *Dicionário Hannah Arendt*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

O OVO da serpente. Direção: Ingmar Bergman. Intérpretes: Liv Ullman, David Carradine, Gert Frobe, Heinz Bennet. Produção: Dino de Laurentiis. Roteiro: Ingmar Bergman. Fotografia de Rolf Wilhelm. Gravação de Bavaria Studios, Bavaria filmplatz 7, Alemanha. Alemanha/Estados Unidos: Dino de Laurentiis Corporation Production/Rialto Film Production, 1997 1DVD (1h 59 min.).

SANTOS, Silvia G. B. dos. *Em busca de um lugar no mundo: o conceito de violência em Hannah Arendt*. Perspectiva. São Paulo, 2011.